
SUMÁRIO

ARTIGOS E PARECERES**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: COMO A LEI COMPLEMENTAR
N. 131/2009 DEMOCRATIZOU O CONTROLE ORÇAMENTÁRIO?**

Michelle Abras, Andréa Cristina Correia de Souza Renault Baêta dos Santos e Luiz Márcio Siqueira Júnior 712

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: NATUREZA JURÍDICA E ASPECTOS CONTROVERTIDOS

Oscar Valente Cardoso 722

A AUDITORIA GOVERNAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA

Marcus Vinicius de Azevedo Braga 725

NATUREZA JURÍDICA DA REMUNERAÇÃO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO

Guilherme Luis da Silva Tambellini 735

TRIBUNAIS DE CONTAS**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Irregularidade no pagamento de serviços não comprovados 740

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dação em pagamento em contrato depende de lei autorizadora 746

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Responsabilidade do recolhimento das contribuições previdenciárias de servidores afastados 752

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Despesas decorrentes da contratação de Agentes

Comunitários da Saúde depende de autorização legislativa 755

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO

Possibilidade de incentivo do Poder Público para evento cultural religioso 761

EMENTÁRIO

Empenho – Cheques sem provisão de fundos – Irregularidade – Ausência de dano ao erário 766

Créditos não tributários – Novação – Parcelamento – Vedação 766

Fato gerador – Configuração – ISS 766

Pagamento – Serviços – Ausência de comprovação – Irregularidade 766

Repasse – Câmara Municipal – Aplicabilidade do artigo 29-A da Constituição Federal 767

Fundo Municipal de Saúde – CNPJ – Ausência de personalidade jurídica 767

PASEP – Recolhimento com atraso – Multa 767

Cartão de pagamento – Utilização – Necessidade de prévia regulamentação 767

SUMÁRIO

JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	770
É inconstitucional Lei Orgânica que vincula receitas tributárias	775
Legislativo não pode apresentar emenda que impeça a compensação de créditos tributários	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	779
Ação Civil Pública não é o meio hábil para se determinar o empenho dos recursos de obras	

EMENTÁRIO

Precatório vencido – Sequestro de rendas públicas – EC n. 62/2009	785
Servidor público – Empréstimo – Desconto em folha	786
Taxa de coleta de lixo – Cobrança – Constitucionalidade	786
Fornecimento de mão de obra – Incidência de ISSQN	786
Princípio da isonomia – Alteração de vencimentos – Inexistência de direito adquirido	786

DÚVIDAS DOS ASSINANTES

EMPENHO – ESTIMATIVA – APROVEITAMENTO – EXERCÍCIO ANTERIOR – IMPOSSIBILIDADE	788
LOA – CRÉDITO SUPLEMENTAR – ORÇAMENTO	790
ÍNDICE CUMULATIVO	794
